

**ESCOLA OCUPADA. ESCOLA AUTOGESTIONADA:
UMA ANÁLISE DO OCUPA GM SOB A ÓTICA DA HISTÓRIA
DO TEMPO PRESENTE**Artur Portilho Moreira¹**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo apresentar as perspectivas do movimento ocupacional em escolas na cidade de Patos de Minas, em especial na Escola Estadual Dona Guiomar de Melo, onde as reivindicações seguiam o fluxo de movimentos nacionais em 2016. Além disso, o artigo tem como intenção publicizar as questões referentes à autogestão pedagógica, o relacionamento aluno/professor durante a ocupação, como isso se desenvolveu durante as aulas e os acontecimentos após a ocupação. Ou seja, apontamos como ocorreram as aulas, de que modo os alunos as viram (horizontalmente), como eles conseguiram tomar decisões no dia a dia da escola ocupada. Também é importante ressaltar que trabalhamos com fontes majoritariamente orais, bem como com artigos relacionados à ocupação, autogestão e aprendizagem horizontal, seguindo, assim, uma linha de raciocínio para estudar a ocupação como um todo.

Palavras-chave: PEC 241. Ocupação. Escola. Estudantes

ABSTRACT

The objective of this paper was report the prospects of the movement of occupation in the Patos de Minas schools, particularly in the State School Dona Guiomar de Melo, where the claims followed the national movements in 2016. Furthermore, the purpose of this paper is to publicize the questions about the educational self-management, the teacher-student relationship during the occupation, the development during the classes and the events after the occupation. In other words, we show how the classes happened, how the students saw these classes, how they were able to make decisions in the daily routine of the occupied school, and one year after the occupation, is noted the individual chance caused by the student movement. It is important to say that we work with oral sources in the most part, as well as related papers, self-management and horizontal learning, following a line of reasoning that study the occupation as a whole.

Keywords: PEC 241. Occupation. School. Students.

¹ Graduado em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), sob orientação do Prof. Me. Thiago Lemos.



INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir e analisar a ocupação ocorrida na Escola Estadual Dona Guiomar de Melo - GM, onde os alunos do Ensino Médio se uniram em prol de um movimento nacional e se somaram a tantos outros alunos de escolas públicas que foram ocupadas no Brasil. A escola foi ocupada por sete dias, com início na segunda-feira, 31 de outubro de 2016, pela manhã, atravessando o feriado de Finados (02/11) e o final de semana, e sendo desocupada na segunda-feira, 07 de novembro de 2016.

Durante a ocupação, os alunos se empenharam para o cumprimento de atividades de limpeza, revitalização dos espaços da escola e atividades escolares, como “aulões” interativos, que tiveram como objetivo auxiliar os estudantes na preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Foram realizadas palestras de esclarecimentos sobre a conjuntura política nacional do período, contando com diversos professores, tanto de universidades, quanto de outras escolas públicas e particulares, além de cursinhos de inglês. As atividades ocorreram sob o modelo da autogestão pedagógica, proporcionando um tipo de relação baseada no protagonismo dos alunos como principais sujeitos do conhecimento.

O interesse em se investigar o processo de ocupação da Escola Estadual Dona Guiomar de Melo, “Ocupa GM”, como os próprios alunos o designaram, surgiu em decorrência de minha participação na ocupação como professor-apoiador do movimento. Durante essa experiência, deparei-me com uma série de perguntas que gostaria de formular no presente trabalho com vistas a um melhor entendimento desse acontecimento político singular na história recente da cidade de Patos de Minas – MG e de nosso país: quem são os alunos e alunas que ocuparam a escola? Quais eram suas táticas, estratégias e objetivos? Quais as rupturas e continuidades que podem ser vislumbradas no modelo pedagógico que criaram? E, por fim, quais foram as ressonâncias desse acontecimento dentro da comunidade escolar e fora dela?

História do Tempo Presente

Discutir a história presente, ou usá-la em um trabalho histórico, não é uma tarefa fácil, seja ela uma imposição dos temas escolhidos durante o tempo de estudante de graduação, seja ela uma decorrência das escolhas feitas enquanto escritor de eventos históricos recentes.

Ao receber o desafio de historicizar a ocupação da Escola Estadual Dona Guiomar de Melo, não percebi a dificuldade em abordar um tema recente e com pouca fonte documental. Acredito que a grande questão é como interpretar os acontecimentos em um curto espaço de



tempo e avaliar as possíveis consequências do fato. Esse pensamento é teorizado de modo seminal por François Dosse (2012, p.5):

O passado nos questiona à medida que o questionamos. Quanto ao presente, ele é colocado sob a égide do conceito de iniciativa, de um fazer, ou ainda de uma conexão. Uma história do tempo presente abriria então, seus extremos a todo espaço de experiência, em nome de um futuro de um passado tornado fonte de um agir. O tempo não é um contínuo, mas ele se interrompeu no ponto em que o ser humano se encontra em que ele tomar uma posição contra passado e futuro juntos.

A partir desta premissa, para abordar o fenômeno das ocupações, podemos seguir o percurso de uma história presente, analisado num curto espaço de análise/tempo, caracterizando uma interpelação mais conjuntural do acontecimento. De acordo com Dosse (2012), o passado nos questiona à medida que os questionamos, mas como iremos questionar o passado recente, ou presente recente, para formamos uma análise?

Para atender a essa necessidade teórico-metodológica, cabe recorrer à História Oral, de modo que se faz necessário reconhecer a necessidade de sua utilização desse tipo de fonte que, com efeito, precisa ser interrogada para que tenha poder elucidativo. Nesse sentido, Pereira (2007, p. 158) nos explica que

quando se fala da oposição, ou sob outro ângulo, da complementaridade existente entre objetividade e subjetividade no tratamento com fontes em história, o que mais se questiona é se o uso da oralidade, ou da chamada História Oral, minimiza o teor científico e objetivo do conhecimento histórico construído. Se anteriormente, quando analisamos a história política sob a ótica da escola metódica, havia uma preocupação sobre o fato (...) e uma supervalorização das provas que falem por si mesmas, aqui, na História do Tempo Presente o que há é uma necessidade da história oral.

Para termos uma percepção maior da História Oral, é válido ressaltar alguns itens da mesma, a partir das considerações do artigo “*História oral, memória e história do tempo presente: debate conceitual e de sentidos*”. Desenvolvido pelas autoras Gianne Chagastelles e Gislene Lacerda, o trabalho relata que a História Oral no Brasil se iniciou em 1970, mas tendo maior expressão somente nos anos 1990. Em 1994, a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) criou um meio de incentivar os historiadores e pesquisadores em geral, para a utilização da mesma como fonte de pesquisa. “Pode-se pensar na História Oral a partir de três formas: técnica, disciplina; metodologia”. (CHAGASTELLES; LACERDA, 2013 p. 1).

Outra questão relacionada à História do Tempo Presente vai além da objetividade e subjetividade e sua relação com as fontes. De acordo com Pereira (2007), os autores de artigos e textos referentes a temas que se relacionam com o presente necessitam de cautela durante a exploração da fonte oral. Não se pode fazer com que a fonte fale o que redator queira ouvir, ou o que queira encaixar na sua história. Como qualquer outra, ela precisa ser analisada.

Toda essa discussão advém de características inerentes à oralidade, como a memória e o esquecimento, apontando, assim, para possibilidades reais de o historiador manipular dados em uma busca de fazê-los “falar” o que ele desejar que falem, já que a sua interpretação é determinante na construção do conhecimento histórico (PEREIRA, 2007, p. 158).

Pereira (2007) ressalta, citando Becker (2006, p. 28), que os “arquivos provocados” podem advir de acontecimentos inconvenientes ou construídos sem precisão nos fatos:

arquivos provocados podem resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas para coincidir com o que é pensado muitos anos mais tarde, para justificar posições e atitudes posteriores (PEREIRA, 2007, p.159).

Com as devidas precauções no trato com as fontes orais, no sentido de evitar a indução dos relatos ou a conformação de um objeto de estudo com a subjetividade do pesquisador, o método aqui empregado reconhece, porém, que, conforme aponta Ferreira (2002, p. 324), a história do tempo presente, “portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que sob certo aspecto condicionam o trabalho do historiador, coloca obrigatoriamente em foco os depoimentos orais.”

Ademais, para contextualizar a abordagem deste trabalho no que tange ao “tempo presente”, convém defini-lo: ele é um intervalo móvel de tempo que deve ser considerado “presente” na condição de as testemunhas existirem em vida (FERREIRA, 2018). Dessa maneira, a posição do historiador é tal que seu trabalho coexiste com as testemunhas e com a possibilidade de elas dialogarem com a produção historiográfica.

Sob essa perspectiva, é plausível notar o desafio que diz respeito à condição de se estar submetendo à operação historiográfica uma experiência cujos efeitos ainda podem estar em desdobramento. Entretanto, é possível traduzir o desafio em um trunfo interessante: o desconhecimento acerca dos desdobramentos dos acontecimentos induz a análise a uma



abordagem que “desce” da posição de observador privilegiado (pelo olhar retrospectivo). A construção do saber histórico é, portanto, horizontalizada em relação à sociedade, de sorte que ele se torna mais dinâmico, é posto à prova com o calor do momento e projeta sobre si próprio uma necessidade urgente de significação, coerência e distinção pelo método.

Ocupação

O processo de ocupação da Escola Estadual Dona Guiomar de Melo se iniciou com a participação de duas alunas, Ângela Gomes e Izadora Teixeira, ambas alunas do segundo ano do Ensino Médio. A primeira relata do seguinte modo quando e como surgiu a ideia de ocupar a escola.

uma conversa com minha amiga, com a Isadora, durante uma aula de História que a gente tava conversando sobre um caso que teve de prender os alunos que estavam ocupando a escola e a gente tava conversando sobre isso e saiu a ideia “vamo ocupar a escola?”, “ah, vamo!” (GOMES, 2016).

As duas alunas reconheceram a necessidade de promover a união de mais uma escola na soma de todas as outras no Brasil que buscavam o cancelamento da Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241)² e se aliaram com cerca de outros sete alunos para dar seguimento à ocupação. Vale ressaltar que este artigo não visa alongar a discussão sobre o que é a PEC 241, e sim mostrar como ocorreu a ocupação na escola GM. “No início, [éramos] eu e mais uns seis ou sete”, relata Ângela por meio de um grupo em um aplicativo de mensagens no celular.

Os alunos adeptos da proposta de Ângela Gomes e Izadora Teixeira chegaram por volta das 5h50min do dia 31 de outubro de 2016 à porta da escola e esperaram o portão abrir para entrarem e colocarem os cadeados que haviam comprado justamente para a ocupação. Após fechada a entrada, eles se reuniram aos professores, funcionários e demais presentes e os avisaram sobre a ocupação. Essa reunião possuiu um teor informativo, que visava explicar o porquê de estarem ocupando a escola. Segundo os alunos que participaram da reunião, tudo ocorreu tranquilamente: “Todos já tinham uma noção (do que era a PEC) porque antes de

² A PEC 241 apresentava o Novo Regime Fiscal, responsável por manter constante as despesas primárias durante 20 anos. Em 2017 se fixaria o limite equivalente à despesa primária paga em 2016, corrigida pela inflação medida pelo verificado neste exercício; para os exercícios seguintes, o limite corresponde ao verificado no ano anterior, atualizado pela inflação do ano antecedente. Em 26 de outubro de 2016, após a aprovação pela Câmara dos Deputados, a PEC 241 foi enviada para votação no Senado Federal, passando a ser denominada PEC 55 e sendo aprovada em votação no dia 13 de dezembro de 2016. (SENADO FEDERAL, 2016).



montarmos o grupo nós procuramos aqueles que tinham uma ideia mais extrema de ser contra essa mudança”. (GOMES, 2016)

Logo após, os alunos que participaram do processo de ocupação abriram a escola para os demais alunos e os convidaram para uma palestra a fim de informá-los sobre o que estavam realizando e o que era a PEC 241. Essa palestra foi conduzida pelo padraço de Ângela Gomes, Rodrigo Ferreira Barbosa, que se encontrava bem informado sobre os trâmites da PEC e, segundo ele, sobre quais suas consequências para a população brasileira no âmbito da Saúde e Educação. Sua intenção, relata, era informar as pessoas sobre o teor da PEC e o motivo da necessidade da ocupação.

Eu percebi no momento da ocupação que tinha muita gente contra justamente pela desinformação. Então não foi nada ensaiado, foi de repente e eu me senti compelido a falar mesmo que rapidamente sobre o que era a PEC 55, a MP 746 e também sobre a lei da mordaza. (BARBOSA, 2016).

Esse discurso, conduzido por Barbosa, segundo participantes da ocupação e demais alunos, foi de suma importância para que boa parte dos presentes entendesse os trâmites da ocupação e a sua necessidade, fazendo também com que algumas pessoas revissem seus conceitos e se tornassem a favor da ocupação (Figura 1).

Também é importante frisar, pelos depoimentos tanto de Ângela Gomes, quanto de Rodrigo Ferreira Barbosa, a importância dos pais e dos professores no processo de ocupação. Ângela Gomes destaca que “(...) teve aqueles que ajudaram e foram bastante cruciais, assim como meus familiares”. (GOMES, 2016).

Figura 1 - Foto dos estudantes durante a ocupação.



Fonte: Arquivo particular de Artur Portilho Moreira, 31 de outubro de 2016.

Quanto ao apoio familiar, ponto que merece destaque no processo de ocupação, segundo Ângela Gomes, Rodrigo F. Barbosa afirma que:

Ela (Ângela Gomes) contou pra mim e pra mãe dela sobre suas intenções e nós a apoiamos desde o início, justamente por estarmos na mesma linha de pensamento e por entender que aquilo que eles reivindicaram era o justo a se fazer. Ela comunicou pra gente no final de semana anterior da ocupação ocorrer e decidimos apoiar desde o início. (BARBOSA, 2016)

Percebemos que Ângela Gomes, com conhecimentos adquiridos na escola e em casa, era apoiada pela mãe e padrasto, ou seja, foi necessário esse alicerce para levar adiante a ocupação do G.M. pela sua idealizadora. A fala de Barbosa confirma esse raciocínio:

Então por nós compactuarmos da mesma visão nosso sentido também era de protestar, mas também de proteger os jovens porque são muito novos, estão começando a vida agora. Então nós que já somos adultos já viemos de outras manifestações, de outros protestos, e a nossa ideia também era meio que dar um norte, dar um suporte jurídico e de estar realmente protegendo eles nos momentos mais difíceis da manifestação. (BARBOSA, 2016)

Ângela Gomes, quando questionada se concordava com os métodos da ocupação e de como aconteceu, afirmou que sim, e que não mudaria em nada como o processo ocorreu. Porém, fazendo uma análise geral, é perceptível que algumas decisões e acontecimentos poderiam ter ocorrido de forma mais assertiva. No decorrer do artigo, iremos observar que as decisões eram tomadas em assembleias, mas a ocupação em si não foi decidida desta maneira. Não foi pleiteada pela maioria dos alunos, frisando que muitos não tinham uma posição sobre a PEC e não possuíam conhecimento amplo sobre uma ocupação escolar.

Outra análise que podemos fazer sobre as falas acima é a falta de planejamento e programação de atividades para a ocupação. As decisões foram tomadas por uma minoria e em pouco tempo, impossibilitando uma assembleia com quórum de alunos suficiente para a tomada de decisões democraticamente. Os depoimentos citados evidenciam que a ocupação ocorreu de forma improvisada, a exemplo da palestra de Rodrigo Ferreira Barbosa para os alunos. Apesar das boas intenções do palestrante e do conhecimento transmitido, a ação não foi preparada com antecedência.



Deve-se ressaltar que a escola conta atualmente, segundo dados fornecidos pela direção, com cerca de 1250 alunos, e somente sete conceberam a ocupação, ou seja, somente sete decidiram pelos demais sobre a ocupação. Aponta-se que somente esses alunos tinham realmente consciência sobre a PEC e suas consequências e/ou somente esses alunos desejavam ocupar a escola. Tal questionamento é bem válido, pois estaremos entrando no mérito da educação desses jovens, como bem apontou o jornalista Caio Machado (2016), em uma extensa reportagem jornalística sobre o tema.

Figura 2 - Estudantes na escola ocupada.



Fonte: Arquivo particular de Artur Portilho Moreira, 31 de outubro de 2016.

De acordo com o autor supracitado, jovens de 15 a 16 anos ainda não se encontram aptos a discutir ou fazer política. Porém, Machado ressalta a intenção correta dos pais em apoiar os filhos em um momento em que os jovens se encontram em processo de desenvolvimento do pensamento crítico. Logo, a ajuda de familiares, cientes das situações vividas pelo país nesta época em que o artigo é produzido, auxilia no amadurecimento de ideias, argumentos e ideologias, resultando em jovens capazes de batalhar pelos seus futuros enquanto estudantes e cidadãos. “Não dá para esperar que um país com a educação pública amplamente sucateada nos apresente prodigiosos cientistas políticos de quinze anos de idade”. (MACHADO, 2016). Assim, segundo a análise de Machado, podemos concluir, até aqui, que foram sete alunos engajados na causa e não somente sete alunos “que queriam ocupar por ocupar”.

Em uma entrevista concedida para esta pesquisa, Machado afirmou acreditar que os alunos envolvidos foram assertivos em suas convicções em vista do panorama político nacional. Porém, o que se observou foi que a chama iniciada por esses jovens não foi repercutida pelo restante da população. Mesmo entre os alunos foram poucos os adeptos ao

movimento, e o que mais se presenciou foram acusações levianas e ataques aos participantes, em especial em comentários nas redes sociais e em conversas nas ruas.

Machado ressalta que não houve muito esclarecimento para a população, e até mesmo para parte dos alunos, sendo esse um dos motivos para as opiniões contrárias tão exacerbadas que foram presenciadas.

Sem dúvida, boa parte da população, principalmente quem estava de fora, não fazia a menor ideia do que estava acontecendo, e nem sabia de sua respectiva importância. Quem fez acusações levianas repetiu um discurso vago proferido nas redes sociais a fora. Os veículos jornalísticos patenses não foram muito esclarecidos com relação aos acontecimentos e limitaram-se a apenas noticiar as ocupações, de forma rasa. (...) Em relação aos alunos, infelizmente percebi que metade deles não fazia muita ideia do que estava acontecendo. A outra parte, sabia, mas apenas superficialmente. Felizmente o ato foi louvável, então prefiro não criticar. (MACHADO, 2016)

Na entrevista concedida por Rodrigo F. Barbosa, observa-se o destaque que este dá ao processo de se manifestar:

A manifestação, apesar de ter sido feita pelos estudantes, nós também incorporamos esse espírito de manifestação porque também somos contra as medidas que o governo tem tomado e visando sacrificar ainda mais o pobre, a despeito de existirem diversas alternativas, as intenções do governo existem diversas outras formas de se obter uma arrecadação mais condizente com os gastos atuais do governo. Isso sem sacrificar tanto a classe trabalhadora, a classe pobre. (BARBOSA, 2016)

Para incrementar essa discussão, é necessário fazer uma revisão breve sobre o trabalho educacional brasileiro, quando percebemos, por intermédio de Dermeval Saviani, que a metodologia empregada para levar a educação aos jovens é um processo historicamente falho:

Pelo trabalho historiográfico cabe-nos lembrar aos educadores e a toda a sociedade do país aquilo que, embora presente em sua prática cotidiana, tende a ser sistematicamente esquecido: que a situação na qual o trabalho educativo se processa, os avanços e recuos, os problemas que os educadores enfrentam são produtos de construções históricas. Nessa condição, sofrem, por um lado, as determinações do passado. (SAVIANI, 2008, p. 44,45)

Como se pode observar, os meios que se empregam em escolas para a transmissão de conhecimento se encontram obsoletos e desgastados. O investimento em infraestrutura é



baixo, assim como o incentivo aos professores das escolas públicas espalhadas pelo Brasil. E quando ele cita “(...) os problemas que os educadores enfrentam são produtos de construções históricas”, toca no fato de os professores sempre reclamarem das condições de trabalho, seja salário, infraestrutura ou material didático, sem que boa parte da população se manifeste sobre essas queixas.

Esse pensamento revela um país que vive um problema para a educação e formação de sua população. Cabe ao professor formar o cidadão, principalmente para a convivência em uma sociedade permeada pela política. Essa formação, vinda de um professor bem qualificado, bem remunerado e com boas ferramentas em mãos, resultaria em uma população capaz de questionar com riqueza de argumentos as ocupações das escolas, pois percebemos que grande parte das pessoas contrárias às ocupações não possuíam argumentos consistentes. Por outro lado, alguns alunos que participavam da ocupação também não possuíam grandes conhecimentos sobre PEC.

Partindo desse ponto, no qual a grande maioria não concebe essa “construção” em escola sobre o conceito político, observamos que na ocupação a contrariedade de pais e alunos era muito alta, mas sem argumentação para impedir a ação ou dialogar para o retorno às aulas. Grande parte dos alunos se absteve de protestar contra ou a favor da ocupação, conforme evidenciado por Gomes (2016): “Na verdade pode se dividir entre um grupo que não sabia e o grupo que não podia participar porque os pais não aceitavam”. Isso é algo que chama atenção, pois aqueles que não sabiam o que era a PEC, não sabiam o motivo da ocupação e aparentemente não tinham interesse em se informar. Dessa forma, retorna-se ao raciocínio da escola sucateada, que os alunos não sentem prazer em frequentar e que não possui qualificação para formar cidadãos.

Percebemos, por meio de comentários durante a manifestação contrária à ocupação, que os alunos, pais ou simpatizantes não apresentavam argumentação consistente e já interdavam o debate de antemão. Por meio de comentários nos sites que informavam sobre a ocupação da escola Guiomar de Melo, podemos perceber isso: “As portas das escolas devem estar abertas para o estudante. Se querem protestar, que procurem outra forma, não ocupando escolas”. (COSTA, 2016)

Mas da mesma forma que ocorria desinformação de alunos favoráveis ou contrários à ocupação da escola, podemos perceber que havia alguns alunos bastante informados e engajados, como o aluno Lucas Henrique Esteves, estudante do terceiro ano do Ensino Médio. De acordo com ele:

não tinha conhecimento direito sobre as ocupações, depois que conheci e comecei a viver aquele momento foi muito importante. Em uma semana de ocupação muitas coisas aconteceram, o que eu aprendi durante o movimento, a minha vida toda de estudante não me ensinou. Aulas, debates, oficinas, acrescentaram muito na minha experiência, estava ali com uma consciência política contra a PEC 241/55, contra a MP 764 (reforma do ensino médio) e contra o projeto de Escola Sem Partido. Aprendi muito com professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia – *campus* Patos de Minas (UFU) e do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). Acredito que podemos, sim, melhorar o nosso país, pois depois de bastante debate e pesquisa creio eu que essa PEC irá machucar nosso futuro. Estou no terceiro ano e não estou preocupado só comigo, me preocupo com gerações futuras, com a sociedade. Que educação e saúde eles terão daqui 20 anos? Creio que deve ter limites de gastos, mas não precisa ser naqueles que mais precisam, tem lugares onde se pode mexer como juros dos banqueiros, se seu filho fica doente você não limita gastos, e nossa saúde e educação está de fato doente. Tem que ter uma reforma do ensino médio, mas não precisa ser de cima pra baixo e nem tão rápida, mexer com educação gasta tempo e deve ser mais analisada. De fato o movimento foi pacífico, foi bastante difícil, muitas horas de medo e cansaço, mas independentemente do resultado, eu um dia irei bater no peito e dizer que minha parte foi feita e terei bastante orgulho. Política é importante e nossa geração é a esperança para vermos um Brasil melhor. (ESTEVEES, 2016)

A fala de Lucas H. Esteves merece destaque por demonstrar que, apesar do sucateamento das escolas públicas, é possível encontrar alunos que buscam mudar essa realidade e que pensam em um futuro e nas oportunidades que as próximas gerações podem ou não encontrar. Não podemos ter uma ilusão de que escola pública é adequada, ou de que “quem faz escola é aluno” a partir do momento, como dito por Saviani (2008), que o Estado não oferece condições aos professores.

Concluindo a análise de como foi a ocupação durante os sete dias, observamos que a ocupação da escola foi um parâmetro para discussões tanto do teor do motivo, a PEC, quanto da ideia de formação de cidadãos, em que os mesmos dependem da escola para tal e não a conseguem nos moldes convencionais de ensino e aprendizagem ofertados pela escola tradicional.

No dia 7 de novembro de 2016, a escola foi entregue aos diretores presentes na parte da tarde, sendo vistoriada a fim de avaliar como os participantes deixaram a escola. A percepção foi de que a escola havia sido entregue melhor do que “recebida”. Essa informação é consentida pelo portal Patos Hoje, que foi o primeiro portal de imprensa a chegar ao local após a desocupação.

O Patos Hoje teve acesso ao interior da escola e percebeu que tudo estava organizado e limpo. Os alunos ainda apresentaram alguns trabalhos que fizeram no colégio. Segundo eles, conseguiram lixeiras com separação de materiais para reciclagem. Limparam os jardins e plantaram flores. As salas de aula também foram lavadas. (ROCHA, 2016).

Relação ensino-aprendizagem na escola ocupada

A ocupação das escolas estaduais brasileiras se iniciou com reivindicações regionais de estudantes paulistas, mas o novo formato de manifestação se mostrou eficaz e se alastrou por diversos estados. Em muitas das ocupações, houve uma abertura para mudanças nas relações de ensino e aprendizagem. Isso não é exclusividade das ocupações de 2016: analisando as ocupações que ocorreram em 2015, em São Paulo, Romancini e Castilho (2017) verificaram uma tendência bastante elucidativa: a grande quantidade de postagens relacionadas ao cotidiano das ocupações. Segundo eles, o intuito dessas postagens na internet era “mostrar que as ocupações eram feitas por jovens preocupados com suas escolas e com a educação, não sendo ‘desordeiros’, como determinados críticos tentavam caracterizá-los” (ROMANCINI; CASTILHO, 2017, p. 102). Também pelo fato de a ocupação das escolas envolver uma intensa atenção da sociedade, colocando a escola ocupada como objeto constante de avaliação, é compreensível o empenho dos estudantes em transmitir uma imagem positiva do movimento na esfera pública. Em contrapartida, a substituição da autoridade habitual pela autogestão, característica de boa parte das ocupações ocorridas em 2016, abria espaço para que os estudantes elaborassem agendas diferenciadas, de acordo com suas demandas.

Os alunos manifestantes tomaram a iniciativa de se organizarem para promover aulas de pré-vestibular, palestras, oficinas de arte, grupos de discussões, entre outras ações. Seguindo essas ações, os alunos participantes do “Ocupa G.M.” criaram uma página na rede social *Facebook*, a partir da qual divulgaram eventos organizados e a agenda da ocupação.

Arthur Willian Soares Alves, aluno do segundo período do curso de graduação em História do UNIPAM no período das ocupações, comentou sobre sua participação e sobre sua visão em relação a importância da relação de ensino/aprendizagem com os alunos:

A Escola, do modo que está, tem mais espantado do que atraído. Mas preparar uma aula para alunos que decidiram lutar por uma escola viva, que tome parte ativa na sociedade, é intensamente motivador. Vi a aprendizagem virar pensamento e até poesia. A escola ativa que aqueles estudantes propuseram é uma escola que os toca, que nos toca.



Não mais um mero espaço, mas um lugar, dos estudantes, pelos estudantes e para os estudantes. Pessoalmente, senti um ar de mudança naqueles lugares. Num deles, a E. E. Dona Guiomar de Melo, eu havia estudado por três anos (de 2010 a 2012) sem notar como aquele prédio poderia ser muito mais do que uma obrigação. Saí de casa para “dar aula” e aconteceu que recebi uma aula de cidadania, de proatividade, de zelo pelo Brasil. (ALVES, 2016)

Durante as aulas disponibilizadas pelos professores gratuitamente, foi notório o olhar encantador dos alunos presentes. Isto se confirma na fala de Ângela Gomes: “Da forma que foram dadas as aulas na ocupação, os alunos aprendem bem mais. Eles sentiam a liberdade de expressar, questionar”. (GOMES, 2016). De acordo com os relatos, a rotina estabelecida pela escola não era mais de obrigação, era uma coisa natural para os ocupantes, que lembrava muito as aulas sobre História Antiga, quando aprenderam como funcionava a discussão política na Grécia. Os cidadãos se reuniam e discutiam, as ideias fluíam no ar, ideias de um futuro melhor não só para os presentes, mas para a sociedade toda.

Com base nessas falas e na presença *in loco*, foi possível perceber que a ocupação era um local de uma aprendizagem diferenciada em relação à expectativa de rotina que se considera “normal” na maioria das escolas. A diferença inclinou-se para uma educação horizontal, frente a frente, em que nenhum professor ou aluno queria demonstrar superioridade, apenas apresentava seu ponto de vista e, com o auxílio dos presentes, ampliavam-se os pontos de vista. O mais interessante nessas atividades foi a forma natural em que ocorriam: era, de fato, uma roda de conversa sobre diversos temas, na qual o professor atuava como um mediador de ideias, em vez de ter o perfil tradicional de um professor que repassa o conteúdo para o aluno aplicar posteriormente em provas. Essa ideia é confirmada pela aluna Marina Cardoso:

As aulas tinham uma interação muito grande entre o professor e os alunos, os alunos tinham mais liberdade pra expor suas opiniões e dúvidas, pois não tinham a obrigação de obediência ao professor. Com isso, o professor podia perceber melhor as dúvidas dos alunos; no final era meio que um debate, acho que dessa forma é mais fácil entender a matéria. (CARDOSO, 2016)

Assim, agregamos a ideia de que é importante uma metodologia de educação horizontal, ou seja, a ocupação foi além de debates sobre a PEC e protestos contra ela. Foi um ato para mostrar como a escola pode ser agregadora e convidativa se utilizando desse método singular de ensino através da horizontalidade entre professor/aluno/escola/direção. “Eram métodos diferentes de aula porque aula ‘normal’ era giz e atividades do livro e aquelas foram



diferentes, pois tinham interação com o aluno tinha um nível elevado de aprendizagem”. (GOMES, 2016)

Ângela Gomes cita ainda que, durante a ocupação, o método diferenciado de ensino auxiliou de maneira mais eficaz na assimilação do conteúdo pelo aluno do que pelo método tradicional. Ao ser questionada se “Você acredita que aprende mais assim como foi na ocupação ou com o método tradicional da escola?”, a estudante respondeu: “Da forma que foi dada as aulas na ocupação os alunos aprendem bem mais”. (GOMES, 2016)

Tais ideias formalizam uma crítica que Saviani expressa ao dizer que “(...) a política educacional atual, guiando-se pelo princípio da racionalização dos custos se busca atingir resultados imediatos ligados ao desempenho em sala de aula”. (SAVIANI, 2008. p. 45). Ou seja, nessa perspectiva, a escola não busca fazer com que o aluno aprenda, entenda, reflita e conclua sua ideia. A escola faz com que o aluno seja um maquinário de resolver questões decoradas por ele durante seus anos finais dos ensinos Fundamental e Médio.

Autogestão pedagógica

Abordar a autogestão pedagógica relacionada à ocupação é necessário ao se perceber como a junção de alunos de séries diferentes e de pensamentos diferentes proporcionou bons resultados, ou seja, eles dialogaram entre si, discutiram diversos temas e conseguiram, em sua maioria, chegar a um consenso sobre o que fazer ou não em determinadas situações.

É importante destacar a formação de comissões por parte dos alunos, como a comissão de limpeza, cozinha, vigília e comunicação. Estas comissões faziam frente em casos nos quais se necessitasse de mais agilidade na tomada de decisões. A comissão mais pressionada era a de comunicação, pois a todo momento chegavam jornalistas de emissoras e jornais de Patos de Minas em busca de informações. Vale destacar que, em relação à imprensa, o arquivo é pouco rico de entrevistas dos ocupantes, uma vez que, devido à decisão tomada em conjunto, os alunos não permitiram muitas reportagens e poucos deles falaram, incluindo professores.

A autogestão pedagógica do “Ocupa GM” pode ser corroborada pela definição de Nildo Viana:

A autogestão pedagógica nas escolas é um projeto político que deve ser acompanhado não pelo isolamento, e sim por outros projetos que envolvem questões como a democratização da escola, a unificação da luta de estudantes e professores etc. Isso tudo, obviamente, junto a um projeto global de transformação social, buscando instaurar uma sociedade autogerida, onde a autogestão pedagógica é o modo de educação específico desta sociedade. (VIANA, 2008, p. 44)



Assim, percebe-se que o embrião da autogestão estava já presente na ocupação da escola Guiomar de Melo, onde os alunos tinham essa capacidade de “democratização da escola” e, além disso, de “transformação social”, que seria a não aprovação da PEC. Acerca da dimensão autogestora desse processo, Babosa destaca que:

A maioria das decisões foram tomadas em grupo, mas algumas decisões deveriam ter sido tomadas pela própria liderança, por exemplo, em questões disciplinares e coisas desse tipo. (...) Mas as decisões mais importantes foram decididas em assembleia, criaram comissões pra fazer as tarefas, tinha comissão de cozinha, comissão de limpeza (...) isso vai ajudar muito eles no futuro e até mesmo pra saber no mercado de trabalho como se trabalhar em equipe. (BARBOSA, 2016).

Com isso, confirmam-se as hipóteses abordadas acima em relação ao processo grupal e ao processo de decisões em conjunto. Em nossa avaliação, a ocupação na escola Guiomar de Melo resultou em pontos positivos, visto que se percebeu o quanto o grupo da ocupação se tornou uma equipe unida ao tomar decisões. Como em todo grupo, houve divergências de opinião, porém nada que fugisse ao controle.

A organização estudantil em ações do bem-estar do ambiente também foi observada por Sordi e Morais (2016) em escolas ocupadas no estado de São Paulo em 2015, no contexto do programa de Reorganização Escolar. Os alunos dessas escolas realizaram a limpeza física dos prédios, a reorganização da ordem das carteiras e dos murais informativos com as tarefas e avisos. Ações estas que indicam e promovem a democratização e a horizontalização do poder no âmbito dos espaços.

Ressalte-se também que a rotina vivida por esses alunos era totalmente diferente do que eles estavam acostumados no meio escolar. Além de 4h diárias de aula, o processo foi uma experiência de vida para futuros cidadãos, como destaca a fala do artigo postado no site Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Práticas Inovadoras por Mônica Padilha:

A vida na ocupação é diametralmente oposta à vida escolar. No lugar de poucos decidindo o que todos farão, sendo os professores os únicos detentores da organização do espaço, os muitos, os estudantes, é que se apropriam de toda a dinâmica do processo político-educativo diário. (PADILHA, 2016).

Ou seja, os alunos detêm o poder de escolha, em conjunto, do que irá suceder na ocupação, como a mesma irá manter seus moldes e afins. Nesse sentido, consideramos oportuna a citação abaixo:

Da educação baseada no autoritarismo e na heterogestão ensaiam a liberdade e a autogestão. Negam autoridades, burocracias, hierarquias, currículos, chamadas, provas para fazer educação. Assim tem o espaço como seu o que antes não sentiam. Por isso organizam a limpeza dos banheiros, ocupam a cozinha e produzem a alimentação, mudam a forma de vivenciar o espaço ocupado. Educar se converte em viver e praticar, a prática se converte em saberes. (MARQUES, 2016).

Nesta citação extraída de um artigo de Paulo Marques resume-se o que foi a ocupação em relação à autogestão: estudantes cuidando do seu patrimônio, limpando, trabalhando na cozinha para preparar o alimento para os ocupantes e participando de aulas e atividades em busca de um saber horizontal. E tudo isso de livre e espontânea vontade.

Pós-ocupação

Quando comparado à outras ocupações no país, como no estado de São Paulo em 2015, o “Ocupa GM” teve menor apoio da sociedade local. Nas cidades paulistas os secundaristas receberam apoio e solidariedade de diferentes grupos estudantis, sindicais, partidários ou de movimentos populares e ganhou a simpatia de amplos setores da sociedade, mesmo com as ações contra o movimento efetuadas por órgãos públicos, ao passo que se percebeu pouca ação a favor do “Ocupa GM” na sociedade patense. (MORAES; XIMENES, 2016)

Em Uberlândia, cidade a 222 km de Patos de Minas e importante polo comercial entre os grandes centros do Sudeste e Centro-Oeste, as ocupações das escolas ocorreram de maneira rápida e organizada, chegando a 83% das escolas públicas de Ensino Médio da cidade. Observou-se um forte apoio da comunidade estudantil, seja em escolas, universidades e cursos técnicos, além do apoio de profissionais da área do Direito e Ciências Sociais, mesmo com todas as ações contra o movimento pelo promotor da Vara da Infância e Juventude do Ministério Público de Minas Gerais. A desocupação em Uberlândia ocorreu após a expedição de uma liminar do promotor desta Vara em sete de novembro de 2016, sob a ameaça de aplicação ao Estado de uma multa diária que variava de 50 salários mínimos até o limite máximo de 500 salários mínimos. A saída dos alunos foi marcada pela publicação de cartas sobre o movimento feitas pelos próprios, que explanavam sobre o fim das ocupações e as mudanças individuais e coletivas que ocorreram. (JUNQUEIRA, 2017).



Comparando os movimentos nas duas cidades mineiras, observa-se que em Patos de Minas houve menor organização e adesão das escolas públicas, o que reduziu as forças do movimento diante das críticas e desconhecimento da população.

Devido a essa falta de informação, houve várias linhas de pensamento expressas nas redes sociais, a exemplo da Figura 3. Percebe-se o contraste entre os comentários de André Vasconcelos e Jackeline Borges, ambos na página do Portal Patos Hoje no *Facebook*.

Figura 3 – Captura de tela de comentários na página do *Facebook* do Portal Patos Hoje.



Fonte: Arquivo pessoal de Artur Portilho Moreira, 01 de novembro de 2016

Ocorrer divergências em opiniões sobre qualquer assunto é algo saudável para o convívio em sociedade, como mostra o inciso IX do Artigo nº5 da Constituição de 1988, que prevê a “Livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. (BRASIL, 1988). Porém, observou-se comentários maldosos, insultuosos e, em grande parte, irritados com as ocupações. Poucas pessoas confrontaram a ocupação do GM com argumentos bem construídos e embasados. Entre os apoiadores, em muitos casos, se observou o conhecimento apenas superficial das motivações e consequências.

Outro fato que foi semelhante em ocupações pelo país foram as acusações de partidarismo do movimento. Setores de esquerda da sociedade os apoiaram, mas grupos de

direita foram contrários, como mostra o apoio do Movimento Brasil Livre (MBL) ao grupo Desocupa Paraná. Porém, vale ressaltar que a tomada de decisões, organização e planejamento de ações durante as ocupações foi realizada pelos próprios alunos. (FLACH; SCHLESENER, 2017).

As acusações de vandalismo também são infundadas, pelo menos no caso de Patos de Minas, uma vez que a escola foi devolvida em plenas condições de uso, organizada e limpa, e não houve qualquer forma de violência ou depredação do patrimônio. A entrega das escolas, em alguns casos de forma melhor que recebida, foi outra característica comum nas ocupações no país. Ao cuidarem de suas dependências os alunos mostraram que se importam com o ambiente no qual estudam e criaram um maior vínculo com ele. Na carta de desocupação da Escola Estadual do Parque São Jorge, em Uberlândia, observamos esse cuidado com os imóveis: “A escola é nossa por direito. E enquanto aqui permanecemos, cuidamos dela como se fosse nossa casa, o que de fato foi. Todos os dias, nós lavamos as louças, os banheiros, as salas, os corredores e o pátio”. (JUNQUEIRA, 2017).

No dia 27 de outubro de 2016, os movimentos de ocupação contavam com 1.154 escolas ocupadas em todo o território nacional. O estado do Paraná contava com 845 escolas, 5 institutos federais, 3 institutos regionais e 16 universidades, seguido de Minas Gerais com 69 escolas e 16 universidades, e o Espírito Santo com 17 escolas e uma universidade. O Governo Federal se manteve intransigente em relação à PEC 241/55 e à MP 746 e, com o tempo, as escolas foram sendo desocupadas pacificamente devido ao desgaste, visto o esforço que deve ser realizado para manter uma manifestação desse porte. (ABRANTES, 2016).

Em dezembro, a PEC 241/55 foi aprovada em dois turnos pelo plenário, sendo transformada em Norma Jurídica no dia 16 do mesmo mês. Em 8 de fevereiro de 2017 a MP 746 também foi aprovada pelo plenário do Senado, porém com uma alteração da proposta inicial, qual seja, a inclusão de Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física ao currículo obrigatório, uma das reivindicações dos manifestantes.

Após um ano do ocorrido, o jornalista Caio Machado concedeu uma nova entrevista sobre os acontecimentos, com uma nova perspectiva em vista da aprovação da PEC 55 pelo Senado.

Engraçado que exatamente um ano atrás (25/11/2016), a PEC 55 foi aprovada e de lá pra cá, tenho a impressão que a inércia, principalmente do patense, só aumentou. (...) Um ano depois, a previsão é que outra PEC antipopular seja aprovada, a reforma da Previdência Social. Não vemos um movimento contrário a este fato, o que confirma o que disse anteriormente de que a população encontra-se inerte e desinteressada. É como se de um ano pra cá as pessoas

tivessem desistido ou se acostumado com tal situação escabrosa. (MACHADO, 2017).

Ainda de acordo com Machado, não houve outro acontecimento em que ao menos alguma parte da população tenha se engajado tão ativamente desde a ocupação das escolas. “Não ando cobrindo nada do tipo, mas desde então, nunca vi nenhum ato similar. E, de fato, a sociedade, em sua maioria, não entendeu e apenas criticou o movimento”. (MACHADO, 2017)

Nota-se um certo comportamento reativo em relação às questões políticas na cidade de Patos de Minas. Apesar de se ouvir da população que os governantes “não prestam” e que sempre fazem ações em benefício próprio, ações de manifestação possuem pouca adesão e grande número de críticas. Isso converge com a análise de Roberto Carlos dos Santos (2003), na medida em que o comportamento reativo de parte da população pode ser interpretado como reflexo de um processo de construção das instituições que se fez por meio de uma “moral” que, por sua vez, tinha a “função precípua de atuar, principalmente, em prol do conservadorismo político” (SANTOS, 2003, p. 157).

Um paralelo pode ser realizado com a cidade de Nova Friburgo, na região serrana de Rio de Janeiro, onde alunos de um dos maiores colégios estaduais da cidade ocuparam as dependências da escola, em abril de 2016, requisitando melhorias estruturais, pedagógicas e financeiras. Durante as tentativas de desocupação, encontram-se casos de uso desproporcional da força policial e protestos de alunos contrários ao movimento, que afirmavam que “(...) a vontade de uma minoria que prejudica a maioria que quer estudar”. (NUNES, 2016)

Apesar de toda a pesquisa em busca de respostas, poucos envolvidos optaram por se manifestar sobre a pós ocupação. Apenas três alunos da E. E. Guiomar de Melo concordaram em ceder depoimentos sobre as consequências da ocupação em suas vidas. A seguir, são disponibilizados, respectivamente, trechos dos depoimentos de Ângela Gomes, uma das líderes do movimento; Marina Cardoso e Arthur Alkimin Moncayo, que participaram ativamente da ocupação.

(...) vou contar aqui o que mudou em minha vida após a ocupação.
(...)No primeiro dia da ocupação, eu já tinha dois boletins de ocorrência, uma ameaça de morte e minha melhor amiga havia me deixado. Cada dia era um inferno ir dormir, pois a qualquer momento tudo poderia desandar. Quando acabou a ocupação, a diretora pediu que eu não fosse assistir às aulas por um tempo, porque os alunos contra me odiavam e ela disse que não me protegeria. Eu não a ouvi. Fui a aula, ouvi variações e xingamentos. Recebi uma bola de papel suja de cola na cabeça. (...) De manhã eu ouvia xingamentos na



escola, a noite ia dormir na outra, para ajudá-los a resistir na luta. (GOMES, 2017)

Apesar da desocupação da E. E. Guiomar de Melo, a ocupação da E. E. Marcolino de Barros, da qual Ângela também participou, perdurou até o dia 11 de novembro. O depoimento de Ângela ainda reflete o receio, ao dormir nas escolas, da hostilidade de pessoas contrárias. Também se observa as várias represálias que a jovem vivenciou, por parte de ex-amigos e colegas, e a falta de censura para estes atos por parte da direção da escola, que deveria prover um ambiente seguro aos alunos que desejassem frequentar as aulas. Após a desocupação do G.M., ocorreu certa perturbação às portas do Marcolino de Barros com a presença de pais e estudantes contrários à ocupação. A Polícia Militar foi chamada a intervir. (ROCHA, 2016).

Os professores passaram a me ignorar e mandar "indiretas", poucos ignoravam o que havia acontecido. Tentaram me processar, mas não conseguiram. O pior foi quando começaram a soltar boatos sobre mim, mentiras. Minha ex-melhor amiga a frente dessas mentiras, usando coisas passadas para me derrubar. Proibindo meus amigos de falarem comigo, se não fossem as novas amizades que fiz na ocupação, não sei o que seria de mim. No fim do ano, nada havia mudado. Em janeiro eu me mudei para o Paraná, pior decisão. Minha família achava que morar com o meu tio lá, "acalmaria minha rebeldia sem causa". Voltei em julho, não conseguia me rebaixar a uma vida de censura por tão pouco. Muitas pessoas se afastaram, mais ainda me odeiam pelo que aconteceu. Meus amigos voltaram a falar comigo, mas não como antes, como uma intrusa no grupo. Os professores nem se fala, parece que gostam de jogar os alunos contra mim e os outros (participantes). Fui separada de todos, colocada em uma turma que não havia uma única pessoa da ocupação, mas é meu último ano, não faz diferença. Se eu faria tudo de novo? Com toda certeza. (GOMES, 2017)

Verificamos um comportamento de repreensão em virtude da forma encontrada de se manifestar de Ângela, que perdura meses após o ocorrido. Outro exemplo disso ocorreu com a estudante Lilith Cristina Passos Moreira, que participou ativamente da ocupação de uma escola estadual na região central de São Paulo. A jovem enfrentou a resistência de muitos professores, a repressão policial e ficou marcada como um dos principais rostos da mobilização. Por conta disso, transferiu-se de colégio no final de 2016. (TOLEDO, 2017).

Um ano após ter participado das ocupações estudantis, ainda percebo aos poucos as mudanças que essa experiência, uma das mais interessantes que já tive, aliás, trouxe para minha vida. Minha visão política e social se ampliou, e meu interesse pelos mesmo só aumentou, tanto chegando a causar influência sobre minha escolha de



qual curso superior cursar. Vejo isso como algo extremamente benéfico, pois atualmente em nosso país grande parcela da população não tem interesse em pesquisar e entender nosso sistema político, e como seu desenvolvimento pela história reflete no nosso cenário atual. Tal fato pode ocasionar algo perigoso para o futuro do país, a criação de uma população de analfabetos políticos. Com tantas consequências positivas, a única complicação que tivemos após a ocupação foi a convivência com os colegas de sala, já que muitos foram contra a ocupação e alguns até fizeram manifestações agressivas pedindo nossa saída da escola. Não houve agressão física, mas as críticas diretas e também indiretas em forma de piadas sarcásticas ocorreram com muita frequência por um tempo, mas hoje o fato já se apagou na memória de muitos, mas os que viveram tal experiência, estes jamais se esquecerão. (CARDOSO, 2017)

O movimento proporcionou aos alunos a visão da escola como um ambiente vivo, que oferece o desenvolvimento coletivo algo além da criação de laços de amizade que auxiliaram os jovens a se encaixarem na sociedade, em especial quando os antigos grupos de amigos os repudiaram pelos seus atos em defesa de seus ideais. Isso é perceptível na fala de Arthur Alkimin Moncayo.

Meu nome é Arthur Alkimin Moncayo, tenho 17 anos. (...) No final, nos tornamos uma família. Alguns, que antes eram apenas estranhos, no final se tornaram mais que bons amigos. A ocupação acabou no dia 7 de novembro após uma ordem judicial de desocupação. Não continuei na escola no ano seguinte. No momento estou concluindo meu terceiro ano no Colégio Equipe, e, no aniversário de um ano desde o movimento, pouco ouço falar sobre o assunto. Uma vez ou outra algum amigo contrário ainda discute comigo e me critica, mas nada demais. (...) Apesar de todas as pressões e problemas, não me arrependo de ter participado do movimento, visto que a sensação de estar lutando pelo que acredito é ótima. Minhas ideologias e ideias podem estar erradas, mas fiz mais que sentar em um sofá e reclamar da situação atual do meu país. Eu fiz, lutei, exigi mudanças e fui atrás delas. (MONCAYO, 2017)

Nota-se em todos os depoimentos a repressão aos participantes e, como afirmam Marina e Arthur, o esquecimento do fato para alguns. Observa-se em todos os depoimentos que os três alunos possuem uma visão clara de suas ideologias e dos motivos que os levaram a promover a ocupação, apesar desta ter se iniciado com pouco planejamento.

Por outro lado, notamos o cessar de envolvimento político por parte da sociedade patense, como Caio Machado comenta. O jornalista demonstra tristeza em sua visão atual sobre a participação popular na política:

O movimento parou de repercutir. Acredito que ninguém está arrependido de não ter participado e sequer interessado em realizar algum manifesto mediante a situação política atual. Meu pessimismo se justifica pela falta de uma liderança política que instigue um ato passional e conjunto, que realmente consiga unir a sociedade em prol de uma causa que beneficie a todos. Infelizmente, as lideranças atuais, ou são intolerantes e ganham popularidade incitando discurso de ódio, ou não apresentam nenhuma novidade e representam apenas o que há de pior no cenário político atual, carregando diversas acusações e envolvimento em escândalos criminosos e corrupção. (MACHADO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho, presenciou-se a luta de jovens por seus direitos. Observou-se jovens e adultos, de diversas procedências, lutarem em união por uma sociedade melhor, mesmo que longe dos holofotes de Brasília. A opinião municipal não foi favorável, mas percebeu-se que nem toda a mídia patense foi contrária aos movimentos sociais. Notou-se, juntamente com outros acadêmicos e professores, a união entre os estudantes e, em alguns momentos, o apoio de outras escolas.

O perfil dos alunos variava de classe média baixa à classe média alta, porém, em momento algum este fato interferiu em suas condutas ao agirem e progredirem com a ocupação. Pelo contrário, a união destes jovens durante os sete dias foi algo surpreendente. Houve discussões e debates, porém não houve nenhuma espécie de separação no grupo.

A autogestão pedagógica foi de suma importância na ocupação. Devido ao senso comum, era esperado um certo grau de desorganização o invés de ações propositivas em relação à escola. Foi possível presenciar jovens se unindo e debatendo ideias de forma ordenada, e desenvolvendo juntos um senso crítico sobre os meandros da política nacional. É de certa forma emocionante como as coisas ocorreram, pois possibilitou a percepção/expectativa de que ainda existe esperança na sociedade, tanto patense, quanto nacional.

Outra percepção sobre o modelo pedagógico referente à ocupação foi a divisão de tarefas, independentemente do gênero. Garotos ficaram na cozinha e cuidaram da limpeza, quebrando paradigmas conceituais da sociedade patriarcal. Houve a divisão nas tarefas referentes às aulas ocorridas durante os sete dias da ocupação, em que os alunos propunham as aulas, convidavam os professores e debatiam com eles. O mais importante não era o local, e sim a vontade de estudar de cada aluno, em especial por se encontrarem em véspera do ENEM.



A sociedade patense, que é conhecida por ser majoritariamente rígida com os movimentos sociais, não foi de grande empecilho durante a ocupação, porém, por meio de redes sociais, houve afirmações levianas. Fora do mundo virtual, algumas pessoas não identificadas arremessaram pedras e bombas na escola durante a noite. As ocupações ocorreram em sua maioria de modo pacífico e não houve grandes consequências, além das perdas de aulas para reposição em dezembro. A exceção ocorreu no estado do Paraná, onde um rapaz foi morto durante uma discussão em uma das escolas ocupadas.

Após a ocupação, alguns alunos ainda sofreram acusações e repressão pelos seus atos, e observou-se uma vontade por parte da direção e de professoras o desejo de encerrar o assunto e não se pronunciarem mais sobre o ocorrido. A sociedade patense também não discute ou comenta mais sobre o fato, levando a crer que se trata de uma notícia sem mais importância para muitos. Apesar do desenvolvimento de maturidade política nos jovens participantes, observou-se um cessar temporário da participação política da sociedade patense, mesmo com as inúmeras medidas do Governo Federal consideradas controversas por grande parcela da população.

O Ocupa GM foi um exemplo de liberdade de expressão, em que jovens reivindicaram seu direito de participação política, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante o período das ocupações, os alunos puderam vivenciar a democracia com grande intensidade, de uma forma que não seria possível com as aulas nos moldes convencionais.

FONTES ORAL

ALVES, Arthur Willian Soares. Relações Ensino/Aprendizagem na Escola Ocupada. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2016. Gravação digital em áudio em MP4 (30 min) para fins acadêmicos.

BARBOSA, Ferreira Barbosa. A Ocupação. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2016. Gravação digital em áudio em MP4 (1 h 5 min) para fins acadêmicos.

CARDOSO, Marina. Pós-Ocupação. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2017. Gravação digital em áudio em MP4 (19 min) para fins acadêmicos.

ESTEVES, Lucas Henrique. A Ocupação. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2016. Gravação digital em áudio em MP4 (22 min) para fins acadêmicos.

GOMES, Ângela. A Ocupação. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2016. Gravação digital em áudio em MP4 (1 h 17 min) para fins acadêmicos.

GOMES, Ângela. Pós-Ocupação. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2017. Gravação digital em áudio em MP4 (22 min) para fins acadêmicos.



MACHADO, Caio. A Ocupação. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2016. Gravação digital em áudio em MP4 (37 min) para fins acadêmicos.

MACHADO, Caio. Pós-Ocupação. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2017. Gravação digital em áudio em MP4 (41 min) para fins acadêmicos.

MARQUES, Paulo. A Ocupação. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2016. Gravação digital em áudio em MP4 (20 min) para fins acadêmicos.

MONCAYO, Arthur Alkimin. Pós-Ocupação. Entrevista concedida a Artur Portilho Moreira. Patos de Minas, 2017. Gravação digital em áudio em MP4 (23 min) para fins acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BRANTES, Talita. “O mapa das ocupações de escolas e faculdades contra Temer”. **Exame**. 27 out. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-mapa-das-ocupacoes-de-escolas-e-faculdades-contratemer/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo nº 5, de 1988. **dos Direitos e Garantias Fundamentais**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_5_.asp>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10618437/artigo-16-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CHAGASTELLES, Gianna; LACERDA, Gislene. História oral, memória e história do tempo presente: debate conceitual e de sentidos. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2013, Campinas. **Anais Eletrônicos**. Campinas: ABHO-regional Sudeste e Cmu-unicamp, 2013. p. 1 - 13. Disponível em: <http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372529143_ARQUIVO_textoGianneGislene.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

COSTA, Eustáquio Nilton da. Sessão de comentários do site **Clube Notícia**. Disponível em: <<https://www.clubenoticia.com.br/Noticia/index/1630>>. Acessado em 06 nov. 2016.

DA SILVA, Antônio Ozaí. **Espaço Acadêmico**. http://www.espacoacademico.com.br/042/42pc_critica.htm Acessado em: 23/11/2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200314&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003006013>.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018080>

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. “Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no paraná a partir do pensamento de Antônio Gramsci”. **Etd - Educação Temática Digital**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.165-186, 11 mar. 2017. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647613>.

JUNQUEIRA, Marili Peres. “Ocupações nas Escolas Estaduais de Uberlândia - MG: Ocupações nas Escolas Estaduais de Uberlândia - Uma jornada ao lado das Ciências Sociais em 2016”. In: Congresso Brasileiro De Sociologia, 18., 2017, Brasília. **Anais... . Brasília: S N**, 2017. 24p. Disponível em: <<http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1373-1.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017

MACHADO, Caio. A Ocupação estudantil em Patos de Minas. **Patos Notícias**. <http://www.patosnoticias.com.br/noticia/18911-opinio-a-ocupacao-estudantil-em-patos-de-minas> Acessado em 24/11/2016 Acesso em: 24/11/2016.

MINISTÉRIO Público Estadual do Paraná. **Ofício Circular nº 569 / 2016: Ocupação das escolas por alunos adolescentes.** 2017. Disponível em: <<http://www.educacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=17300>>. Acesso em: 21 nov. 2017.)

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; XIMENES, Salomão Barros. “Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil”. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 37, n. 137, p.1079-1087, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302016171219>.

NUNES, Luiz Fernando. “‘Reintegração de Posse’: A Ocupação Das Escolas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro como Processo de Reavivamento da Escola Pública”. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Campina Grande. **Anais**. Campina Grande: Editora Realize, 2016. p. 1 - 12. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA2_ID_4215_06062016170213.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

PADILHA, Mônica. **Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Práticas Inovadoras**. <https://gepepi.net/2016/11/03/a-pedagogia-das-ocupacoes/> Acessado em: 27/11/2016.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. Os Desafios da História (Política) do Tempo Presente. **Opsis**, [s.l.], v. 7, n. 9, p.151-166, 27 mar. 2010. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/o.v7i9.9335>.

ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet!?”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [s.l.], v. 40, n. 2, p.93-110, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201726>.

ROCHA, Farley. Estudantes anunciam fim da ocupação no Guiomar de Melo e mostram escola organizada. **Patos Hoje**; <https://www.patoshoje.com.br/noticia/estudantes-anunciam-fim-da-ocupacao-no-guioamar-de-melo-e-mostrar-escola-organizada-31340.html> Acessado em: 23/11/2016.



ROSSI, Marina. “Ana Júlia e o emotivo discurso que explica os protestos nas escolas ocupadas”. **El País**. Curitiba, 31 out. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/27/politica/1477567372_486778.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **Eccos – Revista Científica**, [s.l.], v. 10, p.147-168, 18 nov. 2008. University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/eccos.v10i0.1356>.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 4, n. 4, p.27-33, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382/363>>. Acesso em: 26 abr. 2019

SENADO Federal. **Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2016**. 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. **Senado aprova reforma do ensino médio, que segue para sanção**. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/08/senado-aprova-reforma-do-ensino-medio-que-segue-para-sancao>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SILVA, João Paulo de Souza da. “MEI, Danielle Scheffelmeier. O que aprendemos das ocupações nas escolas em 2015 e 2016 ?” In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais...**. Curitiba: S N, 2015. p. 12973 - 12986. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23034_11802.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SORDI, Denise N. de; MORAIS, Sérgio Paulo. “Os estudantes ainda estão famintos!”: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. **ELIGACION. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**. n. 2, v. 5, jun/2016, p. 25-43.

TOLEDO, Diego. “Pós-ocupação escolas, secundaristas compartilham aversão a ‘política velha’”. **Uol Educação**. São Paulo. 9 set. 2017. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/09/09/pos-ocupacao-escolar-secundaristas-compartilham-aversao-a-politica-velha.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

VIANA, Nildo. Educação, Sociedade e Autogestão Pedagógica. **Revista Urutáguia: Revista Acadêmica Multidisciplinar**, Maringá, n. 16, p.37-46, 2008. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/3689>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

Artigo recebido em: 24/04/2019.
Artigo aceito em: 17/06/2019.

